



ETNOGEOGRAFIA POTIGUARA DA PARAÍBA: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA EM ESCOLAS INDÍGENAS

Sidnei Felipe da Silva
Universidade de Brasília

Cristina Maria Costa Leite
Universidade de Brasília

Resumo

O presente trabalho apresenta reflexões sobre a Etnogeografia Potiguara da Paraíba, tendo como referência a Educação Escolar Indígena. A educação indígena pode ser analisada como uma estratégia de resistência desses povos. Assim, o ensino diferenciado se coloca como um instrumento tanto político-pedagógico quanto social. A busca por uma educação escolar indígena requer mudanças em diretrizes, objetivos, currículos e programas mais adequados à realidade indígena. Além dessa mudança na estrutura pedagógica, a escola indígena é construída a partir da inter-relação entre professor, aluno, direção, lideranças e comunidade. Os povos indígenas Potiguara tem sua forma particular de educação, portanto não poderiam e nem deveriam continuar a viver subordinados a absorver os valores e os saberes da cultura dominante, sem poderem expressar a sua cultura para seu povo e para a sociedade. Daí a necessidade de uma educação escolar indígena que venha contemplar a riqueza cultural desta etnia. Os povos indígenas Potiguara habitam o litoral norte da Paraíba desde a chegada dos colonizadores europeus e possuem uma das maiores populações indígenas do Nordeste etnográfico do Brasil. A abordagem da geografia e a sua metodologia de ensino nas escolas de educação diferenciada dos Potiguara pode e deve contribuir significativamente para (re)afirmar a identidade étnica e cultural destes povos. A geografia é de suma importância também para os Potiguara, pois, ela está presente no cotidiano desses povos, seja nos rituais, na pesca, na caça, na religião, nas plantações, nas atividades domésticas e em outros momentos que constituem o processo de produção do espaço e a territorialidade desses povos. Sendo as temáticas mais significativas para a geografia e para o ensino de geografia nas aldeias Potiguara: a questão territorial, a dinâmica natural (vegetação, clima, relevo, hidrografia), a questão socioambiental e a valorização da sabedoria do seu povo. A partir dessa abordagem, acreditamos que a geografia tem como contribuir para melhorar, ampliar e valorizar o conhecimento que os índios já possuem em relação ao seu território, estabelecendo uma relação entre o ensino de geografia e o mapeamento étnico das terras indígenas potiguara como instrumentos que valorizem a identidade étnica e cultural destes povos e facilitem o ensino aprendizagem de conteúdos geográficos. O presente estudo tem como referenciais metodológicos, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de campo/estudo de caso. A geografia como ciência e o

ensino de geografia são muito relevantes neste território, marcado pela sobreposição de terras, esse estudo busca analisar as terras indígenas Potiguara do ponto de vista geográfico visando a sua abordagem pela comunidade escolar indígena.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Educação Escolar Indígena. Potiguara.

ETHNOGRAPHY POTIGUARA DE PARAÍBA: REFLECTIONS ON GEOGRAPHIC EDUCATION IN INDIGENOUS SCHOOLS

Abstract

The present work presents reflections on the Potiguara Ethnogeography of Paraíba, with reference to the Indigenous School Education. Indigenous education can be analyzed as a resistance strategy of these peoples. Thus, differentiated teaching is seen as an instrument both politico-pedagogical and social. The search for an indigenous school education requires changes in guidelines, objectives, curricula and programs more appropriate to the indigenous reality. In addition to this change in pedagogical structure, the indigenous school is built on the interrelation between teacher, student, leadership, leadership and community. The indigenous peoples of Potiguara have their particular form of education, so they could not and should not continue to live subordinated to absorb the values and knowledge of the dominant culture, without being able to express their culture for their people and for society. Hence the need for an indigenous school education that contemplates the cultural richness of this ethnic group. The indigenous Potiguara peoples inhabit the northern coast of Paraíba since the arrival of the European colonizers and have one of the largest indigenous populations of the ethnographic Northeast of Brazil. The approach of geography and its teaching methodology in Potiguara's different education schools can and should contribute significantly to (re) affirming the ethnic and cultural identity of these peoples. Geography is also of great importance for the Potiguara as it is present in the daily life of these peoples, be it in rituals, fishing, hunting, religion, plantations, domestic activities and their moments that constitute the production process of space and the territoriality of these peoples. Being the most significant themes for geography and geography teaching in Potiguara villages: the territorial question, the natural dynamics (vegetation, climate, relief, hydrography), the socio-environmental question and the appreciation of the wisdom of its people. Based on this approach, we believe that geography has as its contribution to improving, expanding and valuing the knowledge that Indians already have in relation to their territory, establishing a relationship between the teaching of geography and the ethnic mapping of indigenous Potiguara lands as instruments that value the ethnic and cultural identity of these peoples and facilitate the teaching of geographical content. The present study has as methodological references, the bibliographical research, the documentary research and the Field

study / case study. Geography as a science and the teaching of geography are very relevant in this territory, marked by the overlapping of lands, this study seeks to identify Potiguara indigenous lands from the geographic point of view aiming at its approach by the indigenous school community.

Keywords: Geography teaching. Indigenous School Education. Potiguara.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas Potiguara são sujeitos da sua própria história que contribuem e lutam para construção de uma sociedade brasileira mais justa e igualitária, não só eles mais todos os outros grupos étnicos que compõem esta gama de diversidade de povos que constituem a nossa população como as outras etnias indígenas, os negros, os afrodescendentes, os quilombolas, os imigrantes, os migrantes, os colonos, os posseiros, os camponeses que são conceitualmente denominados no meio acadêmico de populações tradicionais, comunidades tradicionais ou povos tradicionais. E para corroborar com nosso pensamento acerca dos povos indígenas Potiguara concordamos com o pesquisador Lusival Barcellos (2012, p. 24) ao afirmar que

Os Potiguara possuem uma importante riqueza geográfica, histórica, ambiental, ecológica, turística, religiosa e cultural, muito cobiçada por diferentes interesses pessoais e coletivos que desejam fazer desde uma pequena visita, apenas para ver *índios*, até grandes grupos econômicos que utilizam as mais diferentes estratégias para seu enriquecimento.

Pois quando se fala de etnia indígena, a imagem que temos idealizado sobre os indígenas é que estes povos são nativos que se vestem cotidianamente com cocar, saias e penas, possuem seus corpos cobertos por pinturas, utilizam arco e flecha e outros utensílios para caçar e pescar, moram em ocas e só habitam o pouco que ainda resta das áreas de nossas matas e florestas. Esta imagem vem sendo difundida desde o período de colonização e que se mantém até hoje devido à maneira de como os meios de comunicação e os nossos livros didáticos tem apresentado estes povos, como afirma a pesquisadora Nascimento (2009, p. 74):

Matizando as imagens clássicas sobre o índio presentes nos livros didáticos, veiculadas na mídia geral e também adotadas, em certos momentos, pelos próprios índios, tais situações estigmatizantes apresentam sua face mais cruel quando visam a negação da existência desses grupos na atualidade. Nesse sentido, expressões como

“Não são mais índios” ou “Aqui não existe mais índios”, tem o objetivo precípua de negar o processo histórico de resistência experienciado por tais grupos sociais que, de forma contrastiva, insistem em afirmar a existência e resistência de sua condição étnica diferenciada.

E no caso dos povos indígenas da etnia Potiguara, estes passaram a ser observados de outra maneira por pertencerem a lugares específicos (aldeamentos) que diferem da condição e dos aspectos dos centros urbanos, os povos que habitam as aldeias indígenas Potiguara são marcados por alguns regionais como portadores de uma condição inferior, assim caracterizando até uma subumanidade. Uma forma de preconceito ainda enraizada em nossa sociedade.

Tornar possível uma visão de senso comum acerca dos povos indígenas para a sociedade é uma de nossas responsabilidades como pesquisador, para que perguntas tão recorrentes em todos os segmentos da sociedade como também no meio acadêmico tais como: Os índios estão vestidos? Os índios estudam? Os índios precisam mesmo de terras? Passem a não ser mais necessárias no nosso convívio social. Quando o assunto é índio o desconhecimento é muito grande, parece que índio não é um ser humano, mas obra de ficção, coisa para ser vista no cinema ou na televisão.

A necessidade de pesquisar a etnogeografia e a educação diferenciada praticada pelos povos indígenas Potiguara do município de Rio Tinto, localizado no litoral setentrional da Paraíba, surgiu devido a sua relevância junto ao processo de reafirmação étnica destes povos, bem como do ressurgimento de sua cultura, das lutas travadas para a demarcação de suas terras e da organização do movimento indígena no município citado. Todos esses aspectos estão inter-relacionados com o processo de implantação das escolas indígenas situadas nas aldeias de Jaraguá e Monte-Mór. O processo de retomada dos territórios, que não estagnou com a posse das terras nas aldeias de Jaraguá e Monte-Mór, vem apresentando avanços e possui como instrumento e bandeira de luta pelos seus direitos, a educação diferenciada, ou seja, a educação escolar indígena Potiguara, onde as práticas pedagógicas diferenciadas e a formação de professores indígenas contribuem ao promover a (re)afirmação da identidade étnica dos Potiguara de Rio Tinto-PB.

As nossas investigações tem como objetivo analisar as contribuições que a etnogeografia dos Potiguara, através de práticas pedagógicas diferenciadas tem proporcionado através do reavivamento de sua cultura, e dessa maneira contribuir com o processo de emergência étnica destes povos indígenas no município de Rio Tinto. Faz-se necessário identificar as inter-relações entre a etnogeografia e a educação escolar indígena no contexto de luta pela demarcação de terras. Compreender a necessidade desses povos em reafirmar sua identidade étnica através das práticas pedagógicas diferenciadas, ao interpretá-las como instrumento dos Potiguara neste processo de emergência da etnia. Além de analisar o funcionamento da educação diferenciada e como a formação destes

sujeitos podem e devem contribuir para a difusão dos valores culturais dos povos Potiguara.

UM BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO ESPACIAL DOS POTIGUARA

Os Potiguara são uma das inúmeras etnias indígenas que compõem a população indígena do território brasileiro, estes povos indígenas, foram os povos que no século XVI ocupavam uma grande área do Nordeste brasileiro, uma área do litoral nordestino que compreendia desde o que conhecemos hoje como o Estado da Paraíba até o Estado do Maranhão. Segundo Moonen e Maia (1992, p. 93),

É impossível calcular com exatidão a população potiguara do século XVI. No entanto, um documento de 1601 se refere a 14.000 potiguara assistidos pelos franciscanos, somente na Paraíba. Mas muitos não eram catequisados pelos missionários e outros tantos moravam fora da Paraíba. Sabemos também que no final do século XVI, milhares de índios foram vitimados pela guerra contra os portugueses e pelas doenças por eles transmitidas. Pode-se admitir então que em 1500 os Potiguara contavam com mais de 100 mil pessoas.

No século XVI, esses povos estavam envolvidos numa disputa entre portugueses e franceses que ancoravam as suas embarcações na costa da antiga província da Paraíba em busca do pau-brasil. A aproximação dos Potiguara com os franceses que haviam fundado um entreposto comercial na Baía da Traição, onde seus navios ancoravam explorar o pau-brasil e algodão. A presença dos franceses não era agradável para a coroa portuguesa, já que os franceses estavam explorando produtos que possuíam um alto valor comercial no litoral da colônia portuguesa. Assim, o rei de Portugal precisava expulsar os franceses, e isto só se tornaria possível com a conquista e o povoamento do território ocupado pelos Potiguara. Sendo assim, os Potiguara passaram a ser atacados intensamente por ordem da coroa portuguesa, que tinha como objetivo a retomada da soberania lusitana naquela faixa litorânea. Como consequência disso, os Potiguara foram expulsos de uma grande extensão de terras que ocupavam, foram rechaçados para além do rio Paraíba, e ficaram concentrados em uma porção do litoral norte paraibano, que encontra-se situada entre os rios Mamanguape e Camaratuba.

Analisando um pouco da história dos Potiguara no século XVII, as informações sobre esta etnia são mais escassas devido aos intensos conflitos com os colonizadores. Entretanto nesse período surgem as primeiras menções aos aldeamentos de São Miguel na Baía da Traição e da Preguiça (hoje Aldeia Monte-Mór), dirigidos por missionários carmelitas. Na segunda metade do século XVIII que alguns aldeamentos passaram a ser elevados a condição de Vila apresentando

assim uma nova configuração territorial e político-administrativa, apresentando assim uma extensão de terras bem superior à que era conferida às missões.

Durante todo o século XIX encontramos referências documentais em relação ao reconhecimento público dos povos indígenas Potiguara de Monte-Mór, através do governo imperial, pela igreja católica e por notícias da imprensa. Em 1865, o engenheiro Antônio Gonçalves de Justa Araújo foi nomeado para o trabalho de demarcação e distribuição das terras indígenas da Paraíba, após concluir esse trabalho em Alhandra-PB e no Conde-PB, ele fez a medição e a demarcação do perímetro da sesmaria dos povos indígenas de Monte-Mór, segundo o engenheiro esses povos indígenas viviam aldeados e grande parte de suas terras encontravam-se arrendadas. O mesmo constatou também a incansável luta dos Potiguara contra os invasores de suas terras. No ano seguinte, com o término da demarcação, “[...] foram delimitados os lotes de 165 índios e dos arrendatários, que foram nominalmente relacionados.” (MOONEN; MAIA, 1992, p. 99-100).

Mesmo com o trabalho demarcação e distribuição de terras indígenas na Paraíba efetuado por Justa Araújo, as outras etnias indígenas que ocupavam tradicionalmente os territórios paraibanos a exemplo dos povos indígenas Cariri e Tabajara desapareceram, resistindo apenas os Potiguara. Em relação ao processo de ocupação espacial do território paraibano por povos indígenas, afirmam Farias e Barcellos (2012, p. 16) que:

Na Paraíba, os dados referentes à história indígena indicam que, a partir do século XIX, os indígenas passaram gradativamente por um processo de extinção ao mesmo tempo em que eram dispersos. A partir de então, foi criada a assertiva do “desaparecimento” dos Cariri no Sertão e dos Tabajara no litoral sul, enquanto que os Potiguara são conhecidos como o único povo indígena da Paraíba.

Com fim do século XIX e o início do século XX, o antropólogo Estevão Palitot (2005), nos mostrou que nesse período duas poderosas organizações entram na história dos Potiguara, tornando mais difícil a preservação destes. Estas agências são o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910, que visava diminuir o crescimento dos grileiros no território Potiguara; e a Companhia de Tecidos de Rio Tinto (CTRT) cujos os registros indicam que a partir de 1917, teve início as obras de instalação de um complexo industrial têxtil, o qual acentuou e acelerou a invasão das terras indígenas, a destruição das matas em busca de madeira para construção da fábrica de tecidos na região do vale de Mamanguape-PB, assim como a matéria prima para a confecção do produto comercializado. Conforme a figura abaixo das chaminés do complexo industrial da CTRT funcionando a todo o vapor.



Companhia de Tecidos de Rio Tinto. Vista parcial do complexo industrial fabril, que foi inaugurado no dia 27 de dezembro de 1924. Autor: Panet, 2002.

Sendo assim, os povos indígenas Potiguara de Monte-Mór continuaram enfrentando inúmeras dificuldades para que suas terras não sejam mais uma vez invadidas e subtraídas. Já que desde a chegada dos europeus esses povos lutam para permanecer em suas terras. Sendo neste período com a chegada da família Lundgren e a instalação da CTRT, o grupo adquiriu 660 Km² de terras do antigo Engenho Preguiça (atual município de Rio Tinto-PB), e iniciou-se a pressão em torno aos aldeamentos dos povos Potiguara situados neste território. Em poucos anos o grupo Lundgren apropriou-se de grande parte do território indígena, apoderando-se e controlando os recursos necessários para o seu projeto econômico nessas terras. Muita madeira foi retirada, cortada e queimada, devastaram as matas e os mangues para a construção de seu império industrial. As construções das instalações da fábrica na Vila de Monte-Mór ocorreu de maneira violenta por parte do grupo Lundgren que expulsou e incendiou as casas dos povos indígenas que habitavam aquelas terras.

O aparecimento e a presença do grupo Lundgren neste tecido territorial vai causar profundas alterações a configuração espacial nessas terras, sendo registrado pela pesquisadora que investigou a dinâmica urbana do município de Rio Tinto-PB, a arquiteta e urbanista Amélia Panet (2002, p. 27-28):

[...] O Grupo Lundgren adquiriu, na época, 660 Km² de terras, o necessário para isolar os seus operários do mundo exterior, e nele criar condições suficientes para a alienação desse povo. A compra dessas terras garantiu o monopólio territorial, impedindo sua aquisição por terceiros após sua valorização, decorrente da construção da cidade e da fábrica de Rio Tinto. A localização das

fábricas gerava lucros imobiliários com a venda das terras próximas. Do nada se construiu o espaço de produção e reprodução da força do trabalho capitalista. Os serviços de assentamento da cidade e da fábrica foram iniciadas em 1918, constituindo-se em desmatamento, drenagens, aterros em áreas de manguezal e a plantação de dezenas de eucaliptos, responsáveis pela drenagem do solo alagado da região, devido à presença do rio Mamanguape, rio do Gelo e rio Tinto.

Durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, os povos Potiguara relataram que sofreram com as violências e as atrocidades praticadas contra eles a mando do coronel Frederico Lundgren. Este período ficou marcado pelas barbaridades, por meio de torturas e de execuções sumárias realizadas pelos capangas do mesmo coronel. E a violência contra os povos indígenas se torna ainda mais intensa com a construção da fábrica Regina, expulsaram os indígenas que tiveram suas casas incendiadas. Assim, os Lundgrens se tornaram os grandes imperadores da região, tendo todo o controle sobre os recursos econômicos, a política local, as congregações religiosas e o lazer da cidade, ou seja, este território ficou sob o domínio do grupo Lundgren.

Em pesquisa recente o antropólogo Estevão Palitot (2005) investigou os impactos das violências brutais que a CTRT causou aos povos indígenas de Monte-Mór. (BARCELLOS, 2012). O grupo Lundgren ao chegar nestas terras provocaram profundas mudanças nas relações socioterritoriais, socioculturais e socioambientais, destacamos também neste período a emancipação política de Rio Tinto, em 1956, do recorte territorial de Mamanguape-PB.

A situação apresentada vai corroborar com o quase desaparecimento da cultura e da identidade indígena Potiguara de Monte-Mór, como assevera Palitot (2005, p. 29-30), “A Companhia vai exercer um domínio patronal e industrial de mão-de-ferro sobre os índios do antigo aldeamento do Monte-Mór, forçando a negação da identidade indígena na sua área de atuação.” E esta situação vai se prolongar até o declínio do império industrial do grupo Lundgren na década de 1980, que aos poucos a CTRT foi desativando suas instalações nas fábricas de tecidos.



Instalações da Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Galpões e maquinários desativados devido a falência da indústria de tecidos. Março de 2013. Autoria: Sidnei Felipe da Silva

Com a falência da CTRT, durante a década de 1980, as terras que a mesma empresa dominava foram negociadas, ou seja, repassadas para as mãos de grupos de importantes usineiros de cana-de-açúcar. Este grupo de industriais surgia com muita força neste período, por consequência da crise energética global causada pela alta de preços do petróleo, pois em nosso país havia sido lançado o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), instituído pelo Governo Federal em 1975, tinha como finalidade a obtenção de fontes alternativas de energia. Contando com o apoio do Governo Federal os grupos agroindustriais instalados na região a exemplo da Rio Vermelho Agropastoril, da Destilaria Miriri S/A e da Japungú Agroindustrial passaram a substituir os Lundgrens no controle da posse das terras da antiga CTRT, o que incluía os territórios dos povos indígenas Potiguara, tornando-se também verdadeiros inimigos destes, por desmatar terras agricultáveis, expulsar remanescentes arrendatários, foreiros e agricultores que resistiram às pressões causadas pela CTRT, mudando toda a paisagem dessas terras, transformando-as em um imenso “mar de cana.” (BARCELLOS, 2012).

Esta nova mudança de sujeitos na posse das terras indígenas Potiguara trouxe outros prejuízos para o povo Potiguara de Monte-Mór, com a dominação dos usineiros, estes povos se viram frente a uma realidade totalmente oposta a sua, tendo em sua frente uma grande modificação no cenário paisagístico e geográfico da região, uma imensa área destinada plantação de cana-de-açúcar, aumentando gradativamente o desmatamento e contribui para o assoreamento dos rios que percorrem estas terras, a exemplo do rio Mamanguape.

Como o cenário político-econômico que passa a ser controlado por estes poderosos empresários, que passam a combater as primeiras organizações dos grupos indígenas que reclamavam seus direitos sobre suas terras. E assim como na época de dominação da CTRT, os povos indígenas Potiguara também se viram

obrigados a servir como mão-de-obra para os usineiros nos canaviais, sendo esta a atual realidade desses povos.

A ETNOGEOGRAFIA DOS POVOS POTIGUARA: ENSINO DE GEOGRAFIA E TERRITORIALIDADE ÉTNICA

Uma provocação, talvez a principal tarefa de um professor de Geografia, não seja a de ensinar Geografia, mas realçar um compromisso que a ultrapassa. Ou seja, fortalecer os valores democráticos e éticos, a partir de nossas categorias centrais (espaço, território, paisagem, lugar, região...) e expandirmos cada vez mais o respeito ao outro, ao diferente. Parece que um dos maiores objetivos da escola, e também da Geografia, é formar valores: de respeito ao outro, respeito às diferenças (culturais, políticas, religiosas etc.), combate às desigualdades e às injustiças sociais.

A Geografia, em especial quando se trata de ensino de geografia em Terras Indígenas (TIs), precisa oferecer através de suas teorias e práticas as contribuições necessárias aos povos indígenas para uma melhor compreensão do espaço. Este fator faz-se indispensável, pois estes educandos indígenas fazem parte em sua maioria de comunidades tradicionais, e eles necessitam ser ativos dentro desta, pois é de suas ações e reflexões que também perpassa a luta pelas demarcações de suas terras e a (re)afirmação étnica e cultural. Pensando assim, o estudo da Geografia nas TIs deve estar voltado ao local, todavia sem esquecer o global, uma vez que, na era da globalização é preciso ser flexível e entender a inter-relação existente no planeta.

De acordo com Castrogiovanni (2005. p. 12) “o ensino de Geografia deve preocupar-se com o espaço nas suas multidimensões. O espaço é tudo e todos: compreende todas as estruturas e formas de organização e interações.” Ou seja, é preciso formar uma consciência espacial para a prática da cidadania. Consciência espacial como sinônimo de perceber o espaço como um elemento importante de nossa organização social, presente no nosso cotidiano. Cidadania entendida aqui como uma pessoa que, sabendo de seu mundo, procura influenciá-lo, organizando-se coletivamente na busca, não só dos seus direitos, mas também lutando por uma organização da sociedade mais justa e democrática.

É relevante esclarecer que as categorias de análise do pensamento geográfico se imbricam, o lugar, a paisagem e o território, se interpenetram, se sobrepõem uma a outra. Assim ao analisar o território, uma série de outros conceitos precisam ser abordados e sem os quais a análise torna-se inviável, são eles: poder, limites e fronteira, ocupação e formação territorial, usos do espaço, conflito, dentre outros. Diante desta gama de conceitos que servem para viabilizar o estudo de território em nossa investigação, podemos sintetizá-los ao que nos parece a luz da análise da “territorialidade étnica” para contemplarmos nossa pesquisa que versa sobre resistência dos povos indígenas em nosso país, particularmente o povo Potiguara um exemplo de luta e resistência que desde 1500 enfrentam os invasores de suas terras e permanecem nestes territórios até os dias atuais.

Ser indígena no nosso país nos dias atuais, além de inúmeras prerrogativas, requer duas lutas fundamentais: pela identidade e pelo território. Este confronto relacionado ao território se realiza na intencionalidade de (re)conquistar, ampliar e/ou manter o que possui. Sendo a identidade e o território as características da luta indígena que se apresentam desde o contato com os invasores europeus.

O território é resultado do processo de territorialização e das territorialidades vividas por cada grupo social em cada relação espaço-tempo. São ideias que argumentam em favor de uma Geografia da territorialidade, e este viés da ciência geográfica pode ser compreendido através das reflexões sobre a territorialidade que é explicitada pelo geógrafo Saquet:

Sucintamente, a territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço-temporais e organização política, que envolvem, evidentemente, as apropriações, as técnicas e tecnologias, a degradação, o manejo, os pertencimentos etc. [...]. (SAQUET, 2011, p. 16-17).

Para fundamentar nossas investigações as concepções sobre o território que contemplam a nossa pesquisa são a idealista, que observam o território a partir da ação de sujeitos e comunidades; e a integradora, que integram as diferentes dimensões do social e acolhem as objetivações delineadas pelos enfoques materialista e idealista, incluída neste último grupo. (HASBAERT, 2004).

É importante ressaltar que o território em nosso estudo vai além da dimensão jurídica e possui suas bases no espaço vivido, que são marcados por sentimentos de pertencimento e de apropriação. Isso define a forma como o território é gestado, bem como as relações de poder que estão por trás dessas práticas. Portanto, o conceito de território pode se consolidar como parte do espaço apropriado em uma manifestação de poder, em que se projetam interesses políticos e culturais, que devem funcionar como fatores limitantes.

É importante compreender os conceitos de território e territorialidade para a realidade indígena, e dentro da abordagem de geografia que adotamos, são requeridos para a compreensão e o entendimento da escola na vida da comunidade indígena. É necessário estabelecermos um diálogo, com as possibilidades e confrontos entre o saber científico e o saber popular que age localmente relacionado a um currículo em movimento, construído em vários anos de discussão e luta dos próprios indígenas Potiguara.

Estes territorializam-se através das relações entre si, entre as suas aldeias e com o mundo, segundo Barcellos (2012) a etnia Potiguara possui a maior população indígena do Nordeste etnográfico, uma das maiores populações do Brasil.

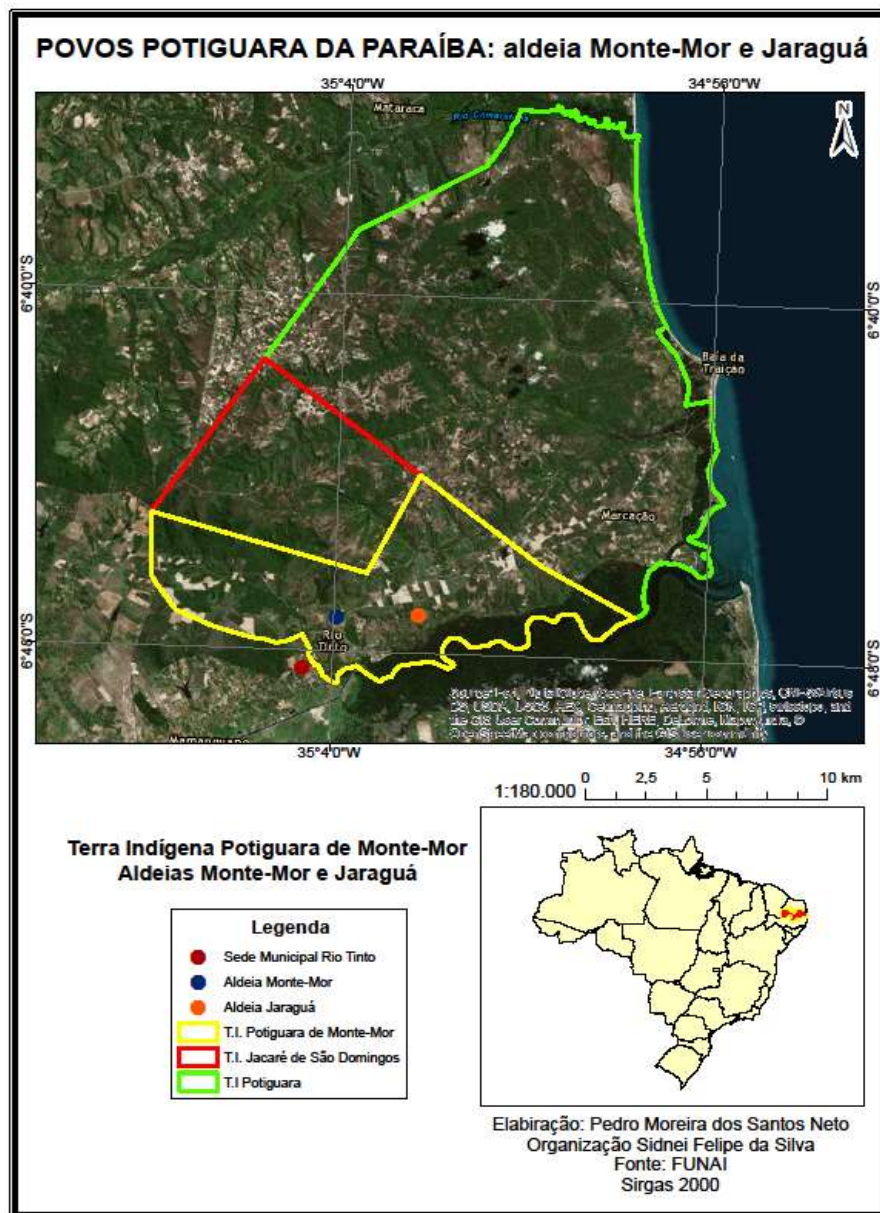
E com base nas ideias de Santos (2010, p. 69-69) em relação a produção científica em ciências sociais, o pesquisador afirma que

[...] a constituição das ciências sociais teve lugar segundo duas vertentes: uma mais diretamente vinculada à epistemologia e à metodologia positivistas das ciências naturais, e outra, de vocação anti-positivista, caldeada numa tradição filosófica complexa, fenomenológica, interacionista, mito-simbólica, hermenêutica, existencialista, pragmática, reivindicando a especificidade do estudo da sociedade mas tendo de, para isso, pressupor uma concepção mecanicista da natureza. A pujança desta segunda vertente nas últimas décadas é indicativa de ser o modelo de ciências sociais que, numa época de revolução científica, transporta a marca pós-moderna do paradigma emergente.

A fenomenologia possibilita a retomada da humanização da ciência, que estabelece uma retomada entre sujeito e objeto, homem e meio, considerando-os indissolúveis, sob dois pontos fundamentais, identificar o fenômeno e sua essência. Segundo Husserl (1985) esta ciência das essências e dos significados dos fenômenos vividos, bem como reforça a máxima de “ir às coisas mesmas”, ou seja, voltar aos dados imediatos da consciência.

O caminho metodológico que pretendemos percorrer deve se caracterizar através da abordagem qualitativa, ao escolher a pesquisa qualitativa para a realizar o nosso trabalho entendemos que esta proposta metodológica é a que pode contribuir melhor para a interpretação da realidade pesquisada, como afirma Godoy (1995) a pesquisa qualitativa ocupa um lugar significativo entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes.

Nesse sentido, compreendemos que é necessário utilizar adequadamente os procedimentos e os instrumentos e saber fazer a interpretação da realidade nas Escolas Estaduais Indígenas situadas nas aldeias Jaraguá e Monte-Mór dos Potiguara, localizadas no município de Rio Tinto-PB. Conforme mapa de localização das Aldeias a seguir:



A investigação deverá possuir como referenciais metodológicos, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de campo/estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é caracterizada, segundo Gil (2008), pela possibilidade de inserir o pesquisador na análise de dados bibliográficos referencias em livros e demais produções acadêmicas, com a finalidade de apreender o estado da arte sobre temas do objeto pesquisado. Assim sendo, ela permeará todo o processo na

medida em que realizaremos leituras de autores pertinentes ao nosso tema e na qual buscaremos conceitos, definições e princípios de cada categoria utilizada.

A etapa documental também deverá ser contemplada ao procurarmos analisar a Legislação, Resoluções e Parâmetros acerca da Educação Escolar Indígena, os Projetos Político-Pedagógicos das escolas estaduais indígenas, e as práticas pedagógicas diferenciadas das escolas pesquisadas.

A pesquisa de campo/estudo de caso segundo o pensamento de Yin (2005) pretende buscar a informação diretamente com os sujeitos pesquisados considerando os elementos que apresentam uma significativa amostragem para o desenvolvimento de um fenômeno que se configura em um objeto de estudo, no nosso caso, a abordagem da educação diferenciada para a comunidade indígena do município de Rio Tinto-PB.

A pesquisa contemplará três escolas indígenas da rede estadual de ensino da Paraíba, situadas no município de Rio Tinto. Teremos como sujeitos pesquisados, a direção escolar, coordenação pedagógica, professores e alunos dos referidos estabelecimentos de ensino. Iniciaremos a pesquisa com observações nas escolas, de aulas expositivas e dialogadas, de aulas de campo, de viagens, e de projetos e faremos a aplicação de questionários e entrevistas.

Sendo assim, uma das técnicas de pesquisa que deverá também contribuir com as nossas investigações, e orientar a coleta e interpretação dos dados, e que pretendemos utilizar é a observação participante, pois segundo Cruz Neto (2003), essa técnica se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações acerca da realidade dos sujeitos sociais em seu próprio local.

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA DOS POVOS INDÍGENAS POTIGUARA

A educação escolar indígena pode ser analisada como uma estratégia de resistência desses povos. Assim, o ensino diferenciado se coloca como um instrumento tanto político-pedagógico quanto social. A busca por uma educação escolar indígena requer mudanças em diretrizes, objetivos, currículos e programas mais adequados à realidade indígena. Além dessa mudança na estrutura pedagógica, a escola indígena é construída a partir da inter-relação entre professor, aluno, direção, lideranças e comunidade. Nesta perspectiva os povos Potiguara tem lutado para garantir seus direitos assegurados na Constituição e na LDB, como afirma o professor José Mateus do Nascimento (2012, p. 17):

A educação diferenciada ou educação escolar indígena é uma das bandeiras de luta da etnia Potiguara, pois acreditam que a escola desempenha um papel essencial na formação das novas gerações. Exigem uma política mais definida para a educação indígena, com respeito a construção de um currículo ou proposta pedagógica que

considere os aspectos do bilinguismo, do interculturalismo, da religiosidade e tradições da etnia.

A educação dos Potiguara parte das relações de seu povo com a sua cultura, e isto ocorre através da iniciação das crianças nas práticas religiosas e culturais, num processo de herança deixada de pai para filho, além das histórias de vida contada pelos anciões (oralidade), que tem contribuído atualmente para fazer parte do currículo escolar, fazendo com que a educação informal passe a fazer parte da educação formal sistematizada. Nesta visão percebe-se que o povo Potiguara tem sua forma particular de educar-se, portanto não poderiam e nem deveriam continuar a viver subordinados a absorver os valores e os saberes da cultura dominante, sem poderem expressar a sua cultura para seu povo e para a sociedade. Daí a necessidade de uma educação escolar indígena que venha contemplar a riqueza cultural destes povos como assevera Nascimento (2012, p. 83):

O respeito à interculturalidade traduz a possibilidade de diálogo que os indígenas podem estabelecer entre as tradições indígenas e a cultura do não-índio. O povo compreende que o processo de assimilação de tecnologias de outras sociedades não se constitui em ameaça. Ao contrário, servem para realizarem o confronto entre diferentes modos de pensar e agir dos seres humanos que se organizam distintamente. Entre os Potiguara tornou-se comum o uso dos meios de comunicação para fortalecer atitudes de afirmação identitária. As novas tecnologias são utilizadas como “armas” no seio das mobilizações de luta pela demarcação de terras e representação política.

O povo Potiguara possui conhecimento de sua história, e vêm aos poucos reafirmando sua cultura através de sua língua (tupi), de suas danças (Toré), de seus mitos e seus ritos, aliado a sua espiritualidade da religião nativa, na consciência de que tudo que existe na natureza tem a presença do criador, o que contribuiu para uma maior proteção ao meio ambiente. Segundo Barcellos (2012), o povo Potiguara tem sentimento de amor e respeito pelos lugares sagrados que sejam não sofreram modificações causadas pelo homem como as matas, os rios, os mares, o espaço. Além dos lugares construídos como: cemitério, furnas, ocas, por serem estes os locais em que eles realizam seus rituais, entram em contato com o Deus (Tupã), realizam orações de cura espiritual. Assim sendo, estes valores culturais e espirituais é parte essencial para as práticas educativas diferenciadas.

Conforme Eliade (2007), os ritos reavivam os mitos, porque neles são encontradas formas de manter eles sempre vivos na mente do povo de uma determinada

etnia. No caso dos Potiguara, fica evidenciada tal afirmação em seus rituais como o Toré, a dança do fogo, a dança da mandioca, as missas e os cultos. E dentre os rituais acima citados o mais valorizado pelo povo Potiguara devido a sua importância em relação ao ressurgimento desta etnia, e para os autores Barcellos e Soler (2012, p. 187):

Falar do Toré Potiguara é falar da vida indígena na sua mais profunda dimensão. O *Toré* um dos principais rituais sagrados dos povos indígenas no Nordeste. Trata-se de uma expressão lúdica e organizadora, íntima e emblemática, definida pelos indígenas como *tradição, união e crença*, que é atualmente uma prática conhecida e presente na maioria das coletividades que se reivindicam como indígenas. Entre os Potiguara, o Toré é uma das principais práticas religiosas como também um dos mais importantes sinais de diacriticidade e de referência paradigmática de etnicidade.

O Toré, na visão dos Potiguara, segundo a cartilha “Os Potiguara pelos Potiguara” (2005) que foi elaborada por professores e alunos Potiguara de Baía da Traição, é um ritual indígena que é dançado em forma de círculo, com o acompanhamento musical de gaitas, tambores e maracás. É um ritual sagrado para os Potiguara, e é dançado em momentos especiais para eles, sendo esta expressão um símbolo da luta e resistência dos índios durante todos esses anos. Eles têm no som dos tambores e da gaita uma representação de que os nossos guerreiros ainda lutam e resistem em suas terras aos invasores. Para eles o Toré significa a sua própria cultura, durante a dança são entoadas músicas que retratam os momentos de lutas e vitórias, relatando também as crenças e a beleza das matas e dos animais nativos, sendo essas canções escolhidas de acordo com a cerimônia. Eles afirmam também que para dançar o Toré devem fazer pinturas em seus corpos com o urucum e jenipapo para tornar ainda mais belo e original o ritual, como podemos visualizar nas figuras abaixo a importância deste belíssimo ritual para a etnia Potiguara em todas as aldeias do litoral norte paraibano.

Ainda devemos nos reportar a outras riquezas que a cultura indígena Potiguara possui como as suas músicas que são cantadas nos rituais e retratam a diversidade cultural e religiosa, onde de acordo com Ramos (2010, p. 17) “[...] a música é a ferramenta essencial para possibilitar aos povos indígenas a compreensão do mundo, do seu espaço, território e reafirmação de sua identidade e cultura.” Além de toda relação do povo indígena Potiguara com a cosmologia e mitologia, pois sabem a importância das fases da lua, do sol, dos tempos úteis para plantar colher e pescar.

A mitologia encontra-se tão presente que cada aldeia tem seu mito de origem, que identifica seu processo histórico e cultural, além dos mitos cosmogônico como a relação do índio com os espíritos que estão no espaço, nas águas, nas

florestas. O artesanato também se faz muito presente na cultura dos povos Potiguara desde a produção de colar, tapetes, jarros, arcos, flechas, tambores, e enfeites de palha e penas para ser usadas nos rituais de Toré e nas danças tipicamente indígenas. E a pintura corporal destes povos é carregada de simbologia, pois tem significado para eles, que era desconhecido até o fim do século passado, sendo reavivado pelas descobertas dos antropólogos que estão pesquisando esta etnia. Todos estes aspectos culturais devem permear as atividades de uma escola indígena, e o povo Potiguara está levando propostas didático-pedagógicas que contemplem seu rico acervo cultural como afirma Nascimento (2012, p. 77):

Aprender a valorizar as tradições, principalmente, no interior das escolas de educação indígenas. Há um movimento, entre os Potiguara, de levar a cultura indígena para compor as propostas didático-pedagógicas das escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A proposta está em vivenciar uma educação diferenciada, de forma a privilegiar o estudo de disciplinas ou eixos temáticos relacionados à etnohistória, etnogeografia, literatura indígena Potiguara (mitos, lendas e credences), língua Tupi, plantas medicinais, cultivo e produção de alimentos típicos da região.

A educação escolar indígena Potiguara apresenta um potencial muito grande para o seu estabelecimento e para contemplar o universo cultural desta etnia, ela é muito rica através da diversidade de saberes que é próprio deste povo, o que justifica a escola diferenciada tão desejada por estes povos, para incentivar e reavivar saberes e valores culturais adormecidos pelo processo de aculturação.

Como afirma Kanatyo (2004), a nossa Constituição garante que a escola diferenciada indígena deve ser intercultural, bilíngüe, específica e diferenciada, o que permite à sociedade indígena a preservação de sua identidade étnica e a garantia de sua própria existência. Dessa maneira a escola passa a ser um espaço de reestruturação da identidade e cultura destes povos, por isso se faz necessário que os próprios índios sejam pesquisadores de sua própria cultura e tenham cursos de formação de professores indígenas, para se tornarem professores, administradores de seu sistema escolar. Compactuando com o pensamento de Kanatyo ao visitar as escolas indígenas do povo Potiguara localizadas no município de Rio Tinto-PB, observamos que as referidas garantias aos poucos estão começando a se concretizar, entretanto sabemos que ainda há muito a se fazer por estes povos. Dessa maneira, compreendemos a sua importância na luta do povo Potiguara para que sejam reconhecidos e respeitados, ficando evidenciadas estas atitudes destes povos conforme as pesquisas de Nascimento (2012, p. 83):

Em sintonia com as políticas educacionais nacionais, o plano de educação escolar indígena Potiguara objetiva reconstituir as marcas étnico-raciais, aquelas que são capazes de fortalecer cada vez mais a identidade do grupo, de forma a se diferenciar de outros tantos espalhados no território brasileiro.

O ensino oferecido nas escolas indígenas é diferenciado contando com as disciplinas da matriz curricular comum a todas as escolas regulares, porém possui três disciplinas diferenciadas próprias do currículo da educação indígena são elas: Tupi, a qual busca resgatar a língua falada pelos antigos habitantes dessas terras, Etnohistória, a qual faz uma leitura sobre a história das nações indígenas visando trabalhar a historicidade dos povos que habitavam essas terras com a ajuda dos anciões, e a disciplina de Arte e cultura onde os alunos aprendem a fazer artesanato, pintura corporal entre outras atividades que buscam privilegiar os aspectos da cultura indígena Potiguara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Rio Tinto é atualmente um dos poucos com reserva indígena na Paraíba, e até pode-se dizer que no Brasil. Possui uma história de lutas e resistência desse povo que por longo período ficou esquecida por seus próprios habitantes. Os costumes, a língua materna, os enfrentamentos sociais e políticos e as tradições quase ficaram para trás diante desse mundo globalizado que insiste em se classificar como homogêneo e de uma só cultura.

O território para os povos indígenas que em geral e culturalmente possui uma relação íntima com a natureza, e no caso de populações tradicionais como os povos Potiguara, devemos compreender que para preservar os seus recursos naturais é necessário respeitar os limites de suas terras. É necessário entender que os espaços territoriais para povos indígenas equivalem à autonomia política, jurídica, de gestão, controle e administração sobre todos os recursos existentes nesses territórios, seja hídricos, agroflóricos, agrofaunísticos, minerais, entre outros. A partir desta compreensão podemos avançar na questão da territorialidade, e com estes avanços os Potiguara exercerão o direito autônomo de gerenciar e administrar seus próprios territórios.

E os povos indígenas Potiguara que passaram a ter o seu reconhecimento garantido por lei apenas no início deste século e atualmente ainda estão enfrentando diversas adversidades e sofrendo perseguições e violências por parte dos invasores de suas terras.

Para os povos indígenas Potiguara a “terra”, as “águas”, as “matas”, as “furnas”, as “cachoeiras” e tudo que integra a “mãe natureza” são elementos que constituem lugares sagrados.

Segundo Barcellos (2012) “o povo indígena tem nesse território sua fonte de inspiração, purificação e mediação do humano com o divino”. Apesar desta

cosmovisão dos Potiguara é importante salientar que as aldeias, por se localizarem próximas a zona urbana dos municípios, estão em constante contato com a população não indígena e com os seus costumes e cultura, além disso, muitos não-índios moram e vivem entre os Potiguara.

De acordo com Palitot (2005) nas últimas décadas neste território tem se verificado uma grande degradação dos recursos naturais, principalmente por causa dos interesses econômicos dos grupos agroindustriais que visam o lucro independente da situação destas terras. Assim os índios estão denunciando estes sujeitos de poder econômico que tentam se estabelecer para subtrair as riquezas existentes nestas terras.

Historicamente, o sistema econômico que caracterizava as comunidades tradicionais era sustentado na base familiar, com reduzidos impactos ao meio ambiente. Nos últimos anos, a concorrência desigual do modo de produção tradicional com as empresas que trabalham em escala comercial visando o lucro, estimulou a adoção de práticas predatórias de extração dos recursos naturais pelas populações tradicionais.

É nesse sentido que a etnia Potiguara vem travando ao longo da história lutas com usineiros, fazendeiros e empresários (latifundiários) para que não destruam e não poluam o meio ambiente, as batalhas travadas com a CTRT pela demarcação das terras indígenas e finalmente as terras que pertencem a Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape, são questões de relevante importância para a permanência de maneira sustentável destes povos em suas terras (SILVA, 2015).

Os habitantes em geral, os estudantes, professores e a comunidade por desconhecerem essa história tem na etnogeografia e na educação diferenciada uma oportunidade de retomá-la, assim, a educação escolar indígena deve ter como principal objetivo a reafirmação da cultura destes povos de modo a tornar significativa a aprendizagem a partir do próprio contexto, alunos e professores precisam assumir uma função de multiplicadores para a comunidade indígena como um todo.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Lusival. Práticas educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Sobre a fenomenologia. In: BICUDO, M. A. V.; ESPÓSITO, V. H. C. Pesquisa qualitativa em educação. Piracicaba, SP: 2. ed. Revista, Editora Unimep, 1997. cap. 1, p. 15-22.
- CARDOSO, Thiago Mota.; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (Orgs.). Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas, n. 2)

- CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta a criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ELIADE, Mircea. Mitos e realidade. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FARIAS, Eliane; BARCELLOS, Lusival. Memória Tabajara: manifestação de identidade étnica. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista da Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- HASBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HUSSERL, Edmund. Investigações lógicas: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. In: Os Pensadores. Tradução de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- KANATYO, Marcos. A dimensão política pedagógica na formação de professores indígenas. Apostila dos cursista de formação continuada. João Pessoa, 2004.
- MOONEN, F.; MAIA, L. M. Etnohistória dos índios Potiguara: ensaios, relatos, documentos. João Pessoa: PR/PB Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1992.
- NASCIMENTO, José Mateus (Org.). Etnoeducação potiguara: pedagogia da existência e das tradições. João Pessoa: Ideia, 2012.
- NASCIMENTO, Rita Gomes. Rituais de resistência: experiências pedagógicas Tapeba. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- Os Potiguaras pelos Potiguaras. Professores e Alunos Potiguara. - João Pessoa: AER de João Pessoa; Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.
- PALITOT, Estevão Martins. Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, 2005.
- PANET, Amélia. (etall). Rio Tinto: estrutura urbana e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002.
- RAMOS, Leandro da Siva. “Sou Tupã, sou Potiguara”: as músicas indígenas como metodologia de ensino. 2010. Monografia. Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2010.
- SAQUET, Marcos. Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, S. F. Educação Ambiental em Terras Indígenas Potiguara: concepções e possibilidades na educação de jovens e adultos nas escolas estaduais indígenas do município de Rio Tinto-PB. Saarbrücken, OmniScriptum GmbH&Co.KG,2015.

SOLER, Juan. BARCELLOS, LusivalAntonio. Paraíba Potiguara. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012.

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Contato com o autor: Sidnei Felipe da Silva <prof.sidnei.eageo@gmail.com>

Recebido em: 16/07/2017

Aprovado em: 24/10/2018